

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROC. PAE-PA nº:

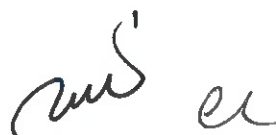
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ E O CIRAD – CENTRE DE COOPÉRATION INTERNATIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR LE DÉVELOPPEMENT.

O ESTADO DO PARÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, doravante denominada SEMAS, com sede nesta Capital, na Travessa Lomas Valentina, nº 2712, Bairro do Marco, CEP 66095-770, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.921.783/0001-68, neste ato representado por seu Titular, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, na qualidade de Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, brasileiro, residente e domiciliado em Belém-PA, inscrito no CPF sob o nº 109.099.902-04, autorizado por Decreto Governamental s/nº, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33871, na edição de 15/01/2019 e o **CENTRE DE COOPÉRATION INTERNACIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR LE DÉVELOPPEMENT**, doravante denominado **CIRAD**, um *Etablissement Public à caractère Industriel et Commercial* (EPIC), com sede social na Rua Scheffer 42, 75116 Paris, inscrito no Registro Comercial de Paris, com o número 331 596 270, e devidamente representado pela **Sra. Elisabeth Claverie de Saint Martin** na qualidade de Presidente – Diretora Geral, doravante denominados individualmente PARTÍCIPE ou conjuntamente PARTÍCIPES,

CONSIDERANDO o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), plataforma de ação do Estado do Pará que visa estabelecer o modelo de governança e desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias e dos sistemas produtivos, e na melhoria das condições socioambientais no campo;

CONSIDERANDO a missão do CIRAD de cooperação internacional na pesquisa científica para o desenvolvimento dos territórios em regiões tropicais, que leva o instituto a atuar de forma multidisciplinar em mais de cem países, com portfólio de cerca de 800 projetos anualmente;

CONSIDERANDO a estratégia de ação do CIRAD, que visa conciliar qualidade científica e impactos nas políticas e ações de desenvolvimento a partir de parcerias formalizadas de médio e longo prazo com instituições acadêmicas, órgãos públicos, sociedade civil e setor privado;



CONSIDERANDO a prioridade geoestratégica do CIRAD no Brasil, onde atua há mais de 40 anos sem descontinuidades, com parcerias e ações diversificadas em todos os biomas, contribuindo para o desenvolvimento da agropecuária, o progresso das ciências agrárias, sociais e ambientais e à formação de recursos humanos de alto nível;

CONSIDERANDO a importância da região amazônica para o Brasil e para a França, e o papel estratégico da ciência e da cooperação internacional para construir e promover soluções práticas de desenvolvimento sustentável e inclusivo na região;

CONSIDERANDO a longa parceria do CIRAD com instituições da Amazônia e mais especificamente no Estado do Pará, que desde os anos 80 proporcionaram uma profunda experiência sobre as problemáticas rurais, sobre as oportunidades técnicas e organizacionais para desenvolver sistemas produtivos e sistemas territoriais valorizando e protegendo os recursos naturais e humanos da região;

CONSIDERANDO a ampla produção científica e a expertise do CIRAD nas principais cadeias produtivas da Amazônia paraense, assim como nos sistemas sociais e territoriais da região, bem como e sua capacidade de mobilizar recursos humanos de alto nível sobre essas temáticas;

CONSIDERANDO a importância do conhecimento científico na elaboração de políticas públicas que possam conduzir a transição dos territórios amazônicos para trajetórias de desenvolvimento sustentável;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACT tem por objeto de definir o quadro geral de cooperação entre os PARTÍCIPES.

a) CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

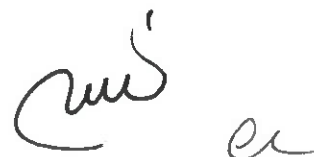
O presente ACT busca formaliza os esforços comuns dos PARTÍCIPES para construir e compartilhar informações e conhecimentos, que permitam gerar os produtos de expertises, conceitos, métodos, levantamentos, bancos de dados, instrumentos de gestão e monitoramento, publicações.

b) AÇÕES TERRITORIAIS

Os PARTÍCIPES desenvolverão interações com os territórios paraenses, de forma a co-construir planos de desenvolvimento territorial, orientar e contribuir à implementação de ações estratégicas específicas, relativas a consolidação institucional, apoio a organizações locais e comunidades rurais, intensificação agropecuária e restauração de áreas degradadas.

c) COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

O presente ACT busca envidar o esforço mútuo dos PARTÍCIPES na mobilização de instituições locais, nacionais ou internacionais, que possam contribuir na atuação dos PARTÍCIPES, através ações de comunicação, intercâmbios, formações, expertise, captação de recursos financeiros, ou outras atividades sinérgicas.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO



2.1. Cada projeto de pesquisa conjunta (doravante "Projeto") será incorporado em um contrato específico (doravante "Contrato Específico") referindo-se ao presente ACT e especificando as particularidades e disposições práticas de cada Projeto, em particular :

- a finalidade, duração e localização do Projeto,
- o conteúdo científico do Projeto,
- as metodologias e técnicas implementadas,
- as modalidades de execução e as regras de acompanhamento das operações,
- as missões de apoio, estudos, ensino e pesquisa,
- os perfis do pessoal designado em tempo integral ou parcial,
- as pessoas responsáveis e as disposições práticas para a gestão e implementação,
- as pessoas responsáveis e as modalidades de monitoramento e avaliação científica e financeira,
- as bolsas de treinamento necessárias,
- o equipamento, os recursos materiais e financeiros,
- os objetivos, metas e resultados esperados,
- direitos de propriedade intelectual, particularmente no caso de exploração de resultados,
- as responsabilidades que incumbem a cada partido,
- intercâmbios, relatórios periódicos,
- cooperação científica com possíveis terceiros,
- a duração do Contrato Específico,
- quaisquer cláusulas especiais.

2.3. Cada PARTÍCIPE, dentro dos limites dos recursos financeiros, materiais e humanos previstos nos Contratos Específicos, deverá facilitar a colaboração, estabelecendo atividades de ensino, treinamento e pesquisa. Atividades específicas podem envolver terceiros. Para o CIRAD, uma referência particular é feita às Partes do Acordo de Coordenação Territorial (CCT) "Agreenium", assinado em 8 de março de 2021, reunindo os principais estabelecimentos públicos franceses de ensino superior e pesquisa nas ciências agrícolas e veterinárias. Também é feita referência aos membros do Consórcio da Universidade de Excelência de Montpellier (MUSE).

2.4. Cada PARTÍCIPE deverá auxiliar a outra PARTÍCIPE no conhecimento e aplicação das leis e regulamentos de seu Estado para a execução dos Contratos Específicos.

2.5. Em caso de conflito entre as disposições do presente ACT e as disposições de um Contrato Específico, as disposições estabelecidas no Contrato Específico prevalecerão sobre as disposições do presente ACT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – COMPETE À SEMAS:

- a. Permitir o acesso dos pesquisadores indicados pelo CIRAD às bases de dados públicas, ligadas diretamente ao objeto do presente ACT de gestão da SEMAS;
- b. Permitir o acesso do CIRAD às informações e esferas de discussão sobre os assuntos direta e indiretamente ligados ao objeto do presente ACT;
- c. Promover a interlocução formal com as entidades do Governo do Estado ligadas ao objeto do presente ACT, como EMATER, ITERPA, BANPARÁ, IDEFLOR, além de Secretarias de Estados, Secretarias Especiais e seus organogramas internos;
- d. Facilitar o acompanhamento pelo CIRAD de ações do Governo do Estado relacionadas ao objeto do presente ACT, como missões conjuntas, planejamentos, elaboração de materiais didáticos ou de comunicação, realização de eventos, encontros institucionais, grupos de trabalhos, lançamento de editais ou de programações, busca de financiamentos;
- e. Disponibilizar espaço e infraestrutura para a realização de eventuais reuniões ou atividades, nos locais onde tenha estrutura, quando necessárias à realização do objeto do presente ACT;

3.2 – COMPETE AO CIRAD:

- a. Designar, sempre que possível e sujeito à disponibilidade de recursos financeiros, recursos humanos do CIRAD com capacitação atinente às atividades a serem desempenhadas para coordenar e executar as ações e seus desdobramentos;
- b. Promover a publicação técnica e científica dos resultados alcançados pelas ações relacionadas ao objeto deste ACT, sujeito às disposições aplicáveis aos projetos nos quais a CIRAD é parceira ;
- c. Promover, sempre que possível, ações de formação e capacitação dos recursos humanos envolvidos no presente ACT.
- d. Colaborar para desenvolver ações conjuntas de cooperação internacional, como missões internacionais, participação em eventos, encontros institucionais internacionais, busca de financiamentos e comunicação internacional;

CLÁUSULA QUARTA – DA CAPACITAÇÃO E INTERCÂMBIO DE PESSOAL

Os PARTÍCIPIES se comprometem a promover a troca de conhecimento entre as instituições, formando recursos humanos, franceses ou brasileiros, para contribuírem na elaboração e execução do presente ACORDO. Essas formações podem acontecer na forma de estágios, treinamentos, orientações em cursos de pós-graduação, intercâmbios.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Para a implementação do presente ACT, os PARTÍCIPIES esforçaram-se por obter o mais rápido possível os meios necessários para a realização dos Projetos correspondentes.

5.2 Qualquer atividade que requeira repasse ou transferência de recursos financeiros implicará na elaboração de um Contrato Específico, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

O pessoal indicado pelos PARTÍCIPES na execução do objeto do presente ACT manterá os vínculos jurídicos, trabalhistas e previdenciários exclusivamente com sua entidade de origem, não mantendo nenhuma vinculação ou direito, nem qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária entre em relação ao outro PARTÍCIPE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

7.1. Publicações, relatórios e outros documentos resultantes das atividades de pesquisa realizadas no âmbito do presente ACT ou de um Contrato Específico deverão ser publicados por acordo mútuo entre os PARTÍCIPES.

7.2. Qualquer publicação ou comunicação deverá referir-se à cooperação entre os PARTÍCIPES e mencionar a contribuição feita por cada um dos PARTÍCIPES para a implementação do Projeto, em particular, citando os nomes das pessoas que participaram do Projeto.

7.3. Cada PARTÍCIPE se compromete, tanto para si mesma como para seu pessoal e para qualquer terceiro envolvido nesta colaboração, como estagiários, estudantes de doutorado ou subcontratados, a não publicar ou divulgar e a não utilizar para qualquer outro fim que não seja a realização do Projeto em questão, de qualquer forma, informações científicas, técnicas, industriais, financeiras ou comerciais de natureza confidencial, pertencentes ao outro PARTÍCIPE e das quais ela possa tomar conhecimento durante o curso do presente ACT e dos Contratos Específicos.

Esta obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor durante a vigência do presente ACT e nos cinco (5) anos seguintes à sua expiração.

CLÁUSULA OITAVA– DA VIGÊNCIA

O presente ACT será válido pelo prazo de 4 (quatro) anos e sua vigência iniciará a partir da data da última assinatura dos Partícipes, podendo ser prorrogado e renovado por período legal, desde que haja manifestação dos Partícipes.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO E O ENCERRAMENTO

9.1 As adições ou variações em qualquer Cláusula deste Acordo que, porventura, sejam necessárias, serão formalizadas através de Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante dele.

9.2 Este Acordo poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer dos Partícipes, ou por mútuo acordo, independentemente da ocorrência de quaisquer motivos, sem ônus,



mediante notificação por escrito e com antecedência mínima de 60 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COORDENAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Os PARTICÍPES indicarão em até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Acordo no Diário Oficial Do Estado, 01 (um) responsável pela fiscalização e 01 (um) responsável pela coordenação cada, com seus respectivos suplentes.

10.2 Os Coordenadores, Fiscais e respectivos Suplentes comporão o Grupo de Trabalho deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E DO FORO

11.1 As controvérsias que possam advir deste Acordo entre os partícipes serão dirimidas amigavelmente, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre os representantes dos partícipes e, caso persistam os conflitos, poderá ser utilizada a conciliação ou mediação, como mecanismos de solução das controvérsias.

11.2 Restando frustrado o mecanismo de solução das controvérsias, fica estabelecido o Foro da Comarca da capital da justiça do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A SEMAS providenciará a publicação em extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, em atenção ao art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS

13.1. Informações, técnicas, métodos, materiais, know-how e processos, resultados de pesquisa, criações, qualquer que seja sua natureza, bem como todos os direitos de propriedade intelectual relacionados a elas, que são obtidos por um PARTICÍPE antes ou fora de qualquer Projeto e que são disponibilizados no âmbito de um Projeto, permanecerão de propriedade exclusiva desse PARTICÍPE. Eles só podem ser utilizados para as necessidades exclusivas da pesquisa realizada em conjunto no âmbito desta colaboração, exceto com a autorização por escrito do proprietário PARTICÍPE.

13.2. As informações, técnicas, métodos, materiais, know-how e processos, resultados de pesquisa, criações, qualquer que seja sua natureza, assim como todos os direitos de propriedade intelectual relacionados a elas, mesmo que estejam relacionados ao tema de um Projeto, mas que não resultem diretamente do trabalho realizado no âmbito do Projeto, pertencem ao PARTICÍPE que as obteve.

13.3. As informações, técnicas, métodos, materiais, know-how e processos, resultados de pesquisa, criações, qualquer que seja sua natureza, e em geral todos os resultados do

trabalho realizado conjuntamente pelos PARTÍCIPIES no âmbito desta colaboração, incluindo quaisquer direitos de propriedade intelectual relacionados a ela (doravante "Resultados Conjuntos") pertencem conjuntamente aos PARTÍCIPIES na proporção de suas contribuições intelectuais, financeiras e em espécie, sendo a porcentagem fixada pelos Contratos Específicos. Cada um dos PARTÍCIPIES mantém o direito de utilizar os Resultados Conjuntos para fins estritamente científicos, desde que os autores e a estrutura institucional na qual o trabalho foi realizado sejam reconhecidos.

13.4. Os Resultados Conjuntos podem ser protegidos, quando apropriado, por direitos de propriedade intelectual, em particular por patentes, direitos autorais, direitos do produtor de banco de dados e certificado de variedade vegetal.

13.5. Todos os direitos de propriedade intelectual devem ser registrados nos nomes e às custas de ambas os PARTÍCIPIES na proporção de suas contribuições.

13.6. Caso os Resultados Conjuntos sejam explorados industrialmente com base em um arquivo técnico secreto, os PARTÍCIPIES determinarão conjuntamente a parte dos resultados que constituirá o referido arquivo técnico.

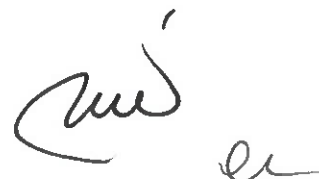
13.7. Qualquer exploração comercial dos Resultados Conjuntos será objeto de um Contrato Específico ou acordo de comercialização entre os PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

14.1. Os PARTÍCIPIES estão preocupadas com o cumprimento da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Nagoya. Desenvolverão, quando apropriado, nos Contratos Específicos, modalidades de acesso e compartilhamento de benefícios relacionados aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, visando em particular o compartilhamento e o fortalecimento de sua perícia científica e conhecimentos relacionados.

14.2. Qualquer coleta e troca de amostras de qualquer tipo (vegetal, animal, material microbiológico, etc.) deve ser realizada em estrita conformidade com a legislação de cada um dos países dos PARTÍCIPIES e com a legislação internacional.

14.3 Para qualquer transferência de material biológico, as instituições envolvidas deverão facilitar a circulação e o acesso a esses recursos, no âmbito da legislação nacional e internacional em vigor. Em particular, cada PARTÍCIPE se encarregará das formalidades relacionadas com a transferência de recursos genéticos localizados em seu território com as autoridades competentes. Para este fim, cada PARTÍCIPE pode apontar as vantagens da existência do presente ACT.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSINATURA

15.1 As assinaturas do presente Acordo, ou de qualquer alteração dele, podem ser transmitidas por via eletrônica, e qualquer assinatura deste tipo terá o mesmo efeito que uma original.

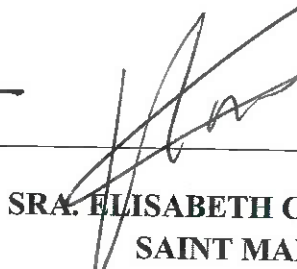
15.2 No interesse da aplicação do presente Acordo para benefício mútuo e por estarem de acordo, os Partícipes assinam o presente Acordo em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Paris, 24 de junho de 2022.



**JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE
ALMEIDA**

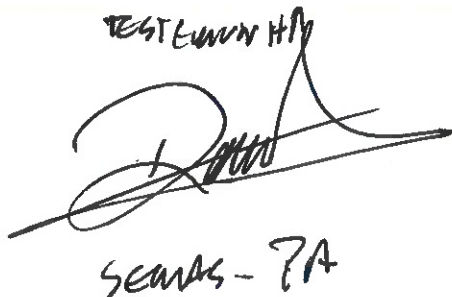
Secretário da Secretaria de Estado de
Meio Ambiente e Sustentabilidade



**SRA. ELISABETH CLAVERIE DE
SAINT MARTIN**

Presidente – Diretora Geral do Centre de
Coopération Internationale en Recherche
Agronomique pour le Développement

TESTEMUNHA


Seras - PA

Testemunha

N. B. Pichetty
CIRAD

